

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1 – INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO 2 – PODER DE CONTROLE INCIDENTAL DA CONSTITUCIONALIDADE, DECISÃO JUDICIAL E COISA JULGADA .....</b>	<b>13</b>
2.1. O poder de controle incidental da constitucionalidade e a legitimidade da sentença fundada em lei posteriormente declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal.....	15
2.2. A impossibilidade de a decisão de inconstitucionalidade atingir a coisa julgada à luz do significado da decisão jurisdicional no Estado Constitucional .....	19
2.3. O reflexo da distinção entre os sistemas difuso e concentrado sobre a questão da retroatividade da decisão de inconstitucionalidade sobre a coisa julgada .....	32
<b>CAPÍTULO 3 – COISA JULGADA E DECISÃO DE (IN)CONSTITUCIONALIDADE .....</b>	<b>43</b>
3.1. A coisa julgada como condição para a existência do processo .....	45
3.2. A coisa julgada enquanto preempção das razões primárias .....	47
3.3. A coisa julgada como elemento indispensável à afirmação do poder estatal .....	50
3.4. Coisa julgada e direito fundamental de ação .....	53
3.5. Coisa julgada e segurança jurídica .....	54
3.6. A proteção à coisa julgada no ordenamento brasileiro ...	57

3.7. Coisa julgada e questão constitucional incidente .....	59
3.8. A decisão de inconstitucionalidade do Supremo Tribunal Federal diante das decisões dos juízes e dos tribunais protegidas pela eficácia preclusiva da coisa julgada.....	61
3.9. A segurança jurídica como fundamento da irretroatividade da decisão de inconstitucionalidade sobre a coisa julgada .....	65
3.10. A irretroatividade da decisão de constitucionalidade sobre a sentença (coisa julgada) que deixou de aplicar a lei ao reputá-la inconstitucional .....	67
<b>CAPÍTULO 4 – DECISÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE E EXECUÇÃO DA SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO.....</b>	<b>71</b>
4.1. Do CPC de 1973 ao CPC de 2015: da retroatividade da decisão de inconstitucionalidade à tutela da observância das decisões e dos precedentes constitucionais.....	73
4.2. A lógica da oposição à execução diante da coisa julgada ...	74
4.3. Quando a invocação da decisão de inconstitucionalidade viola a intangibilidade da coisa julgada .....	75
4.4. O sentido da norma do art. 525, § 14 do CPC: a tutela das decisões do Supremo Tribunal Federal .....	79
<b>CAPÍTULO 5 – AÇÃO RESCISÓRIA COM BASE EM DECISÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE?.....</b>	<b>83</b>
5.1. Da ação rescisória fundada em “violação literal de lei” (art. 485, V, do CPC/1973) à ação rescisória baseada em violação de “norma jurídica” (art. 966, V, do CPC/2015).....	85
5.2. A ideia de que não há interpretação <i>controvertida</i> de norma constitucional. Crítica .....	90
5.3. Ainda a questão da interpretação posteriormente dita inconstitucional: reforço da evidência de que a decisão não se confunde com o texto legal e, portanto, não pode ser rescindida por ulterior interpretação do Supremo Tribunal Federal.....	104

5.4. Diante da intangibilidade da coisa julgada, pouco importa se a decisão foi proferida em controle direto ou em controle incidental no Supremo Tribunal Federal .....	108
5.5. Retroatividade do <i>ius superveniens</i> sobre a coisa julgada?.....	109
5.6. O art. 525, § 15, do CPC.....	109
5.7. A afirmação da garantia constitucional da coisa julgada material no caso <i>Metabel vs. União Federal</i> .....	111
5.8. Hipóteses em que se admite ação rescisória baseada em violação de norma constitucional .....	115
5.9. Crítica à decisão proferida no recurso extraordinário 586.068 (tema 100): a decisão de inconstitucionalidade proferida após a formação da coisa julgada como fundamento da impugnação e da rescindibilidade da coisa julgada nos Juizados Especiais .....	117
 <b>CAPÍTULO 6 – DECISÃO DE (IN)CONSTITUCIONALIDADE E EFICÁCIA TEMPORAL DA COISA JULGADA NAS RELAÇÕES CONTINUATIVAS .....</b>	<b>129</b>
6.1. Eficácia preclusiva da coisa julgada e alteração das circunstâncias.....	131
6.2. Fato e direito novos.....	134
6.3. Relação continuativa: elementos temporários e estáveis ...	136
6.4. Melhor análise das relações continuativas em face do direito tributário: os equívocos genéticos da Súmula 239 STF .....	138
6.5. A coisa julgada sobre “questão tributária” (art. 503, §§ 1º e 2º, CPC). .....	144
6.6. Declaração de inconstitucionalidade enquanto circunstância nova .....	163
6.7. Declaração de constitucionalidade como circunstância nova .....	165

6.8. Por que uma nova interpretação constitucional, ao contrário da declaração da única interpretação constitucional, não faz a coisa julgada cessar no tempo? .....	167
6.9. Proteção da confiança, tutela da coisa julgada material e cessação da sua eficácia no tempo.....	174
6.10. A coisa julgada tributária no tempo no Supremo Tribunal Federal (temas 881 e 885) .....	175

## **CAPÍTULO 7 – A COISA JULGADA E A MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL..... 179**

7.1. Modulação de efeitos <i>no momento</i> da decisão de inconstitucionalidade.....	181
7.2. Sobre a particularidade da modulação que deveria ter sido feita pelo Supremo Tribunal Federal nos temas 881 e 885 .....	194

## **CAPÍTULO 8 – FALSAS RAZÕES PARA RELATIVIZAR A COISA JULGADA..... 199**

8.1. Introdução .....	201
8.2. Investigação de paternidade e exame de DNA .....	202
8.3. Justa indenização e distorção da prova pericial .....	203
8.4. A pretensão de uso da “proporcionalidade” .....	204
8.5. A ação rescisória como única resposta adequada aos casos do DNA e da distorção da prova pericial.....	210
8.6. O prazo constitucional: ponto de contato entre a tutela contra o ato jurisdicional inválido e a tutela da segurança .....	219

## **REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 221**